

06/16

**CONTRATO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO PARA A
CONSTRUÇÃO DO "COMPLEXO DESPORTIVO MULTIUSOS DE PISTAS PARA
DESPORTOS RADICAIS"**

No dia vinte e quatro, do mês de junho, do ano de Dois mil e dezasseis, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICIPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço electrónico *município@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410209, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga** cartão de cidadão n.º 08431148 7ZY3, válido até 21/04/2018.

SEGUNDO:

NRV – Consultores de Engenharia, S.A com sede na Avenida da Europa, Edifício Encosta do Rio, n.º 10, 5000-557 Vila Real, NIF e matrícula 501 884 955, da conservatória do Registo Comercial de Vila Real, neste ato legalmente representado por **Duarte Nuno de Barros Dores Pinto Pereira**, cartão de cidadão n.º 06963304 5 ZY1, Válido até 16/05/2021 qualidade e poderes verificada pela procuração emitida pelo Presidente do Conselho de Administração e pelo administrador da sociedade em 26 de setembro de 2011 no Cartório Notarial, perante a notária Ana Carla Delgado Aguilar.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

O presente contrato tem por objeto a Elaboração do Projeto de Execução para a construção do "Complexo Desportivo Multiusos de Pistas para Desportos Radicais", precedido de Ajuste Directo e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara de 08 de junho de 2016, em conformidade com o Caderno de

Encargos, devidamente aprovado por despacho do Presidente da Câmara de 13 de maio de 2016, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 2.ª

Prazo de Execução

O serviço será executado no prazo de trinta (30) dias, a contar da data da assinatura do contrato.

Cláusula 3.ª

Preço contratual

Pelo serviço previsto na cláusula 1.ª, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de Sessenta e dois mil e quinhentos euros (62.500,00 €), acrescido de IVA à taxa legal em vigor de 23%.

Cláusula 4.ª

Pagamentos

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

Cláusula 5.ª

Caução

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Cláusula 6.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 7.ª

Prevalência

1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 8.ª

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

Cláusula 9.ª

Dotação Orçamental

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0102/020214, conforme proposta de cabimento n.º 955, compromisso n.º 1507 e requisição externa de despesa n.º 706.

Cláusula 10.ª

Disposições Finais

1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 — O procedimento por ajuste direto — regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 13 de maio de 2016.

3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

BOTICAS
CÂMARA MUNICIPAL

- 1 – Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Vila Real em 15 de junho de 2016, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 2 – Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 16 de junho de 2016, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;
- 3 – Certificado de Registo Criminal dos gerentes da firma;
- 4 – Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,



The image shows two handwritten signatures in blue ink. The first signature is written above a horizontal line and appears to be 'J. Veiga'. The second signature is written below the first line and appears to be 'Jorge M. Barros Dias Ribeiro'.